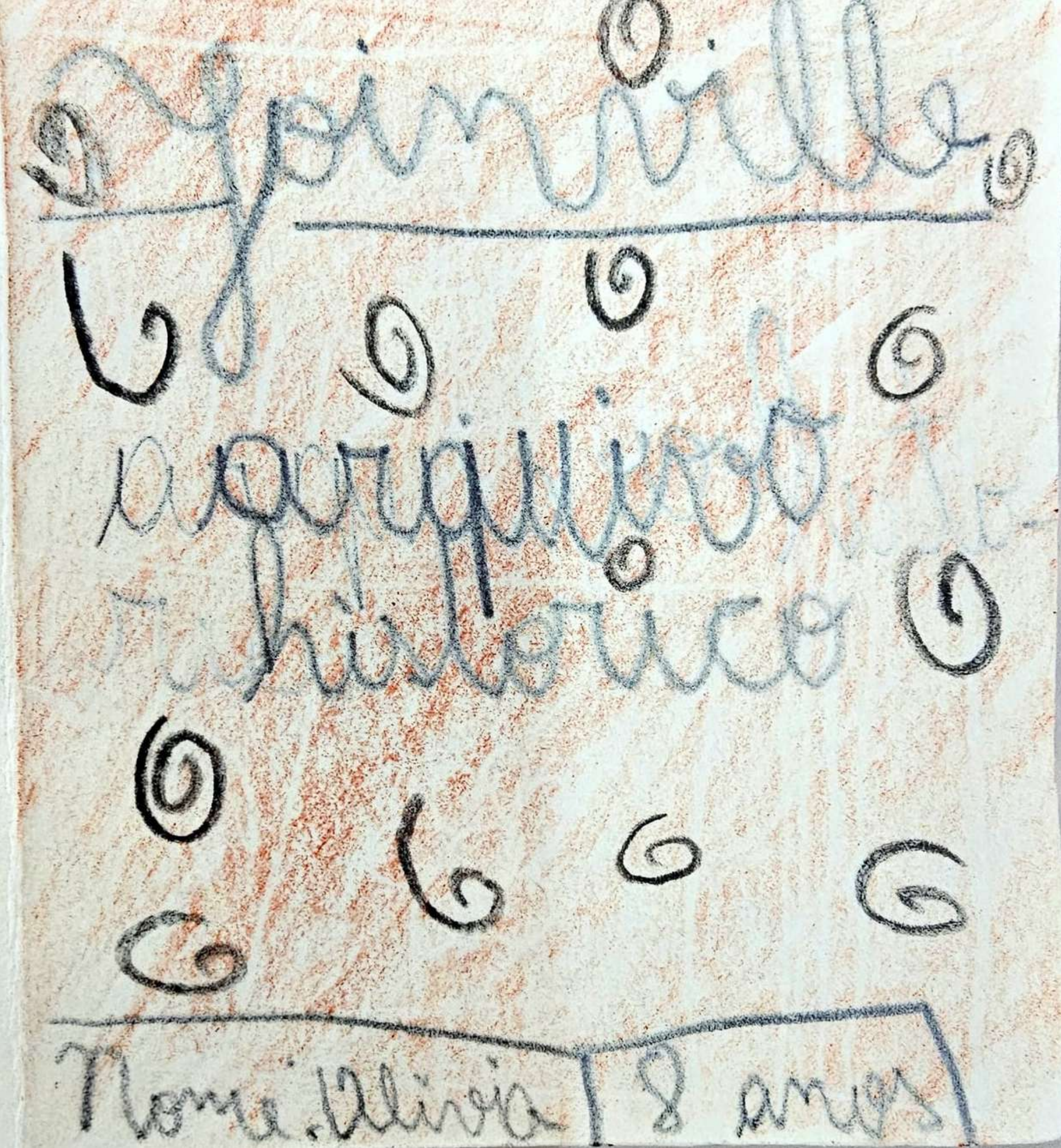




Boletim do Arquivo Histórico de Joinville

Vol. XVII, nº 31

1º trimestre de 2025

ISSN 14133434

Sumário

Editorial..... 4
Documento de arquivo é público
Por: Giane Maria de Souza

Arquivo Histórico: Algumas Histórias 6
Roda de Conversa no Arquivo Público de Joinville: Mulheres, Arquivos e Memória
Por: Karla Shütz

Pesquisadores e o AHJ 11
O rapto da menina Marisa Ganzemüller
Por: Patrik Roger Pinheiro

Educação Patrimonial..... 15

Difusão Científica 24

Memória do Boletim..... 26
Curiosidades traduzidas do Kolonie Zeitung
Por: Maria Thereza Boebel

Teses e dissertações de pesquisadores do AHJ 27
Aqueologia da escravidão numa Vila Litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)
Por: Fernanda Mara Borba

Atendimentos no Arquivo Histórico 28

Por dentro do acervo 30

Aconteceu em Joinville 31

Expediente 32

Editorial

Documento de arquivo é público

Giane Maria de Souza [1]

Todos os documentos custodiados no acervo permanente do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) são públicos, portanto podem ser solicitados para a consulta em pesquisas históricas, pessoais, probatórias e informativas. O arquivo é responsável pela custódia dos documentos produzidos no âmbito do poder público que são de interesse histórico e probatórios. O AHJ é um arquivo público antes de ser um arquivo histórico, apesar da sua nomenclatura ter sido instituída na legislação da sua criação conforme a Lei nº 1.182 de março de 1972. Esta lei, segundo o artigo primeiro, preconiza as competências do AHJ que é recolher, registrar, guardar, classificar, catalogar e conservar os documentos da administração de Joinville desde o período da colonização.

Todas as diversas comunidades que compõem e escrevem a história da cidade são muito bem-vindas ao AHJ, desde a população natural de Joinville, assim como os migrantes, imigrantes e turistas. Todos os visitantes podem pesquisar o acervo permanente do AHJ e a biblioteca de apoio, assim como conhecer e visitar as dependências internas e externas, pois são realizadas exposições periódicas que abordam as tipologias e temáticas do acervo do AHJ ou de artistas, curadores e pesquisadores da cidade. O AHJ é um importante patrimônio da cidade, e oportuniza distintas percepções e estudos sobre a história regional.

Nesta 31ª edição, apresentamos algumas atividades desenvolvidas no AHJ que demarcaram a importância da sua função de salvaguardar a documentação de interesse público da cidade e de disponibilizá-la para pesquisadores, visitantes, turistas e grupos de instituições educacionais.

Na seção “Arquivo Histórico: Algumas Histórias”, apresenta-se um artigo da dra. Karla Shütz que faz um relato da Roda de Conversa no Arquivo Público de Joinville: “Mulheres, Arquivos e Memória”, atividade alusiva ao aniversário de 53 anos do AHJ. O texto realiza uma importante análise sobre a presença e a ausência dos acervos de mulheres em arquivos públicos de Santa Catarina.

Na seção “Pesquisadores e o AHJ”, apresenta-se o artigo “O rapto da menina Marisa Ganzemüller”, uma análise sobre uma reportagem do jornal A Notícia, do historiador Patrik Roger Pinheiro, um assíduo pesquisador e parceiro do Boletim do AHJ.

Na seção “Memória do Boletim”, publica-se a tradução de Maria Thereza Boebel “Curiosidades traduzidas do Kolonie Zeitung”, um interessante diagnóstico da Colônia Dona Francisca em 1864.

Na seção “Teses e Dissertações de Pesquisadores do AHJ”, publica-se o resumo da tese da arqueóloga Fernanda Mara Borba, nossa colega do Museu Arqueológico de Sambaqui, intitulada “Aqueologia da escravidão numa Vila Litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)”.

Na seção “Atendimentos no Arquivo Histórico”, os números de consulentes são apresentados, formato virtual e presencial, assim como das instituições escolares. Nas seções “Educação Patrimonial” e “Difusão Cultural”, apresentam-se imagens de alguns eventos e ações educativas promovidas pelo AHJ. “Por Dentro do Acervo” e “Aconteceu em Joinville”, divulga-se como acervo salvaguardado no AHJ, uma fotografia do antigo prédio dos Correio de Joinville e outra de um bonde puxado por burros em trilhos.

O boletim do AHJ, além de tudo, apresenta uma possibilidade de divulgação da história da cidade e do patrimônio arquivístico documental. Boa leitura!

[1] Especialista Cultural - AHJ, Secult. Doutora em História pela UFSC

Arquivo Histórico: Algumas Histórias

Roda de Conversa no Arquivo Público de Joinville: Mulheres, Arquivos e Memória



Karla Shütz [1]

"No teatro da memória as mulheres são sombras tênues" (PERROT, 1989, p. 9)

No dia 22 de março, o Arquivo Público de Joinville recebeu, como parte dos eventos de comemoração de seu 53º aniversário, uma roda de conversa que trouxe à tona reflexões urgentes sobre a presença (ou, melhor, ausência) de mulheres nos arquivos institucionais, em especial, arquivos catarinenses. Nesse debate, foram compartilhados as reflexões e desafios enfrentados no processo de mapeamento de arquivos pessoais de mulheres em Santa Catarina, iniciativa desenvolvida no âmbito do Projeto "Jogos de sombra e de luz: a presença de arquivos de mulheres em instituições de memória em Santa Catarina". [2]

[1] Historiadora com graduação (licenciatura e bacharelado), mestrado e doutorado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua nas áreas de história do tempo presente, história oral, história intelectual e arquivos pessoais. Integra grupos de pesquisa que pensam a relação entre arquivos e memória, coordenando a linha de pesquisa Arquivos Pessoais de Mulheres vinculada ao Grupo de Pesquisa ACERVOS PRIVADOS E PESSOAIS: MEMÓRIAS, POLÍTICAS E PATRIMÔNIO (UNIRIO). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, com apoio do CNPq e FAPESC.

O evento destacou não apenas a importância desses acervos para a história catarinense, mas também as barreiras estruturais que perpetuam o silenciamento dos vestígios de mulheres na memória documental.

Entre sombra e luz

A pesquisa geradora do debate é fruto de estágio de pós-doutorado e partiu de uma inquietação sentida a partir de experiências de pesquisa anteriores: a escassez de arquivos pessoais de mulheres em instituições de memória, contrastando com a flagrante maioria de acervos masculinos. As investigações que a precederam trataram sobre historiadores catarinenses, como Simão Willemann e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, e foi em seus percursos que foi percebida a "sutilidade" das presenças de mulheres — muitas vezes reduzidas a notas de rodapé ou vinculadas a figuras masculinas. Assim sendo, enfatizou-se que essas ausências não são acidentais, pois refletem políticas de arquivamento que privilegiam vozes hegemônicas, em sua maioria vozes de personagens atuantes no espaço público, conforme teorizado por Terry Cook e Joan Schwartz (2002).

Nesse cenário de apagamentos, a promulgação da Lei nº 18.261/2021, que inclui a História das Mulheres de Santa Catarina no currículo escolar, acrescentou urgência ao tema e a pergunta "Quem são essas outras mulheres catarinenses? Para além de Anita Garibaldi e Antonieta de Barros" instigou a pesquisa, que buscou identificar e catalogar arquivos pessoais em instituições como o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, o Arquivo José Ferreira da Silva (Blumenau), o próprio Arquivo Público de Joinville, entre outras.

Os dados revelam um cenário desigual: no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, dos nove fundos privados, apenas um incluía documentos de uma mulher (Alba Grisard Pessi), e ainda assim em proporção mínima, contando com apenas um item documental. Já no Arquivo José Ferreira da Silva, apenas 12% dos fundos pessoais tinham mulheres como titulares, embora houvesse registros "escondidos" em acervos familiares. Em Joinville, a consulta inicial não apontava fundos femininos, mas uma visita presencial revelou documentos no "Fundo Federação das Bandeirantes" e na "Coleção Famílias" — onde apenas 5% dos dossiês pertenciam a mulheres.

[2] A pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina e CNPq.

Apesar desses dados tão significativos, o debate destacou que a invisibilidade não pode ser imediatamente relacionada a inexistência de documentos. No fundo do político Jorge Lacerda abrigado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, por exemplo, podem ser localizados cadernos escolares de sua filha Zoê e cartas destinadas à esposa Kyrana — documentos ignorados nos instrumentos de busca. Casos como esse evidenciam como processos de tratamento da documentação, à exemplo da descrição arquivística, podem apagar o protagonismo dessas agentes, reforçando a necessidade de "criar novos mapas" para acessar essas histórias.

Essas constatações dialogam com os trabalhos de Michelle Perrot (1989) e Zélia Maria Cruz Pereira (2019), que destacam o caráter político dos arquivos: eles não apenas preservam memórias, mas também determinam quais narrativas terão visibilidade no futuro. Um exemplo claro desse viés é o próprio Arquivo Nacional, onde apenas 10% dos fundos privados são de mulheres – muitas delas pertencentes a elites brancas e escolarizadas. Outro caso que ilustra essa tendência pode ser observado na análise da Declaração de Interesse Público e Social disponível no site do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) : dentre os onze arquivos privados e institucionais reconhecidos como de interesse público, dez pertencem a homens, e apenas um a uma mulher, Berta Ribeiro. Vale ressaltar, no entanto, que o arquivo de Berta foi inicialmente submetido em conjunto com o de Darcy Ribeiro, seu marido, e só durante a avaliação optou-se por seu desmembramento.

Caminhos possíveis

A roda de conversa encerrou com exemplos e propostas concretas, como a criação do "Mapa Colaborativo de Identificação de Mulheres nos Arquivos" (traMA), iniciativa da linha de pesquisa "Arquivos Pessoais de Mulheres" (CNPq/UNIRIO) e a defesa de instrumentos de pesquisa mais inclusivos. Já a provocação final veio do artigo *Critical Feminism in the Archives*, no qual as autoras, Marika Cifor e Stacy Wood, argumentam que a teoria e a prática arquivísticas ainda não incorporaram plenamente uma práxis feminista que vá além da mera representação das mulheres nos arquivos. Assim, elas destacam que os arquivos têm o potencial de contribuir para a desconstrução das estruturas patriarcais heteronormativas, capitalistas e racistas em diversas frentes.

Enfim, o evento no Arquivo Público de Joinville foi um convite à ação: divulgar, pesquisar e ressignificar os acervos femininos. Como lembrou a pesquisadora, arquivos só cumprem seu papel quando viram livros, aulas ou exposições. A lei catarinense é um passo, mas é preciso garantir que as fontes existam — e que as mulheres nelas contidas sejam vistas como titulares de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical feminism in the archives. **Journal of critical library and information studies**, mar. 2017.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Indaiatuba, v. 3, n. 3, jul. 2004.

PEREIRA, Zélia Maria Cruz. Mulheres e Arquivos Pessoais nas Instituições de Memória Portuguesas. IX Seminário de Saberes Arquivísticos, 2019, p.88-106.

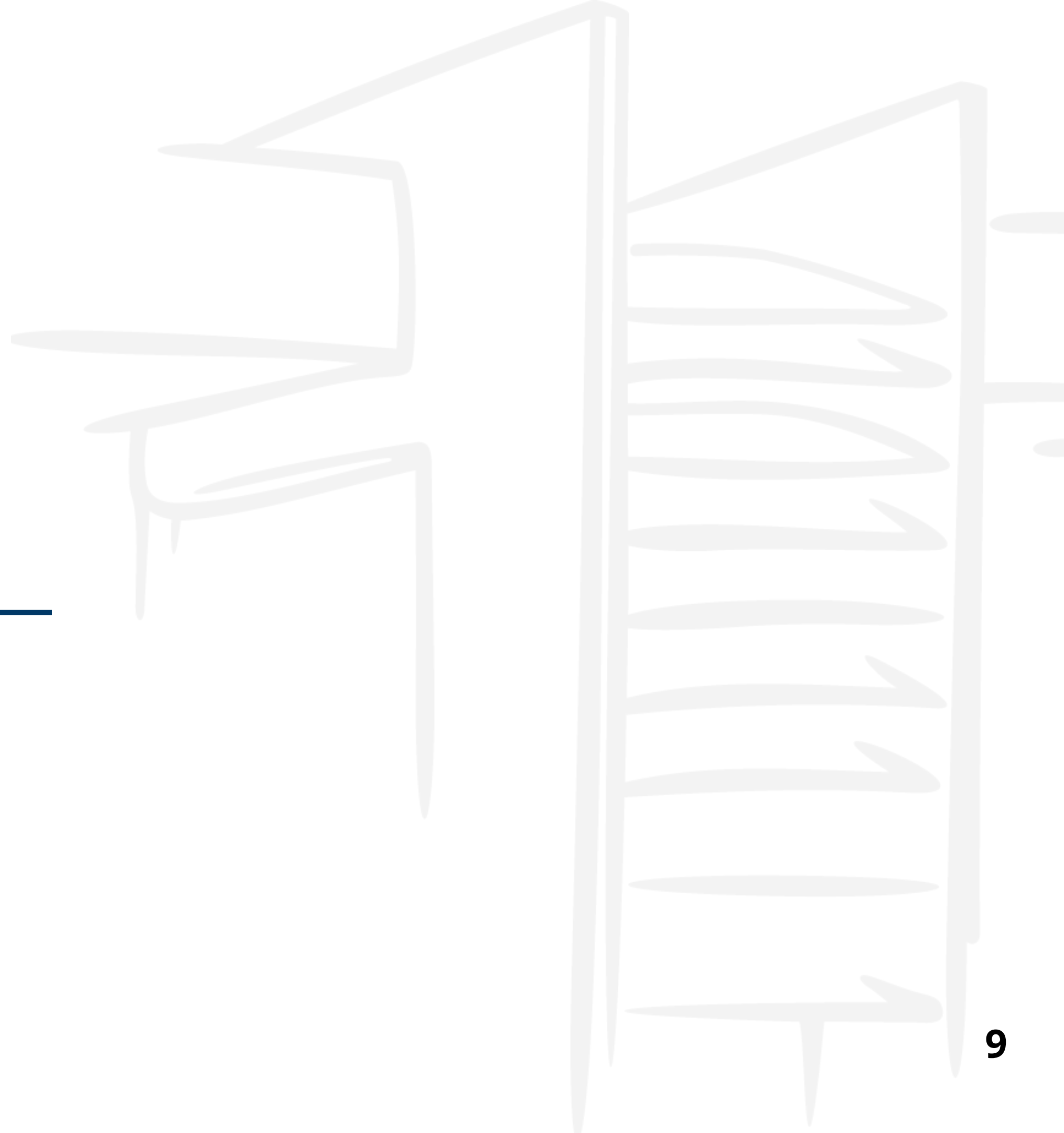
PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, ago./set. 1989.

A pesquisadora Karla Shütz visitou o AHJ no dia 23 de janeiro



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Pesquisadores e o AHJ



O rapto da menina Marisa Ganzemuller



Patrik Roger Pinheiro [1]

O Rapto

Em 1957, Joinville vivenciou uma história tensa, digna de uma produção cinematográfica. Trata-se do sumiço de Marisa Ganzemuller, um acontecimento que não só capturou a atenção da cidade durante muitos dias, mas também repercutiu no estado e no país.

Tudo começou com a menor Maria de Quadros, uma moça que esteve internada num reformatório no Paraná, por ter cometido infrações. Mas não era ali que Maria queria passar muitos dos seus dias, e ela conseguiu escapar, fugindo para Santa Catarina.

[1] Historiador (registro profissional 181/SC), servidor público da Câmara de Vereadores de Joinville, mantenedor do Projeto Memória CVJ.

Em Joinville, Maria era bem conhecida por Mario Ganzemuller, tanto é que quando este precisava ir à Morretes, era na casa da família de Maria que Mario pousava. Por isso, foi na porta de Mario que Maria bateu, dizendo que estava passando por dificuldades e pedindo emprego. Ora, oportunamente, Melicia Ganzemüller,¹ a esposa de Mario, estava mesmo precisando de uma babá, então parece que os assuntos convergiram muito bem. Melicia ainda não sabia, mas seu pior pesadelo estava para começar.

No dia 5 de agosto de 1957, a babá Maria Emilia de Quadros e a criança Marisa desapareceram sem deixar rastros. Começou uma busca policial pela criança na cidade, no estado e na região sul.

Desejando voltar à Curitiba, a raptora aceitou carona de alguém que disse estar indo para lá, e como não queria perder o transporte, e tendo a impressão de que o motorista não a esperaria por muito tempo, Maria entendeu que não daria tempo de levar a menina para casa e simplesmente decidiu que levaria a criança consigo. Do dia 5 ao dia 8, ela acompanhou o motorista, que primeiro precisou cuidar de assuntos em Blumenau, e somente no dia 8 eles chegaram em Curitiba.

Figura 1 - Marisa Ganzemüller



Fonte: A Notícia, 10 de agosto de 1957

[1] No Rio de Janeiro, o jornal Correio da Manhã compreendeu mal que Melicia era o nome da esposa de Mario. No túmulo dela, em Joinville, está escrito “Melícia”, mas os jornais, mesmo em Joinville, escreviam seu nome sem E, “Milícia”. Daí jornais de fora entenderam que Mario fazia parte de alguma milícia. O Correio da Manhã então disse que Maria era um miliciano.

Nesse ínterim, a mãe, Melicia Ganzemüller, teve uma crise nervosa e recusava alimentos, sendo por isso recolhida ao Hospital Dona Helena. O pai estava aparentemente mais conformado, dizendo que confiava em Deus para o desfecho do caso.

Na capital paranaense, a babá Maria de Quadros adotou o falso nome de Maria Teresa de Souza e deu entrada num Albergue no dia 9, renomeou a criança para Maria Elena e disse que a pequena teria nascido em Morretes. A raptora disse que o pai se chamava Nilton Zacarias de Souza. Curiosamente, Maria largou a criança ali, sob o pretexto de que fora abandonada pelo marido e não podia trabalhar e cuidar da criança ao mesmo tempo.

A encarregada do albergue desconfiou daquela situação e, mais do que isso, conhecia a história do sequestro em Joinville. Ela então ordenou ao guarda que detivesse Maria de Quadros e foi consultar a delegacia de menores. Os dias de terror de Melicia e Mario Ganzemuller poderiam estar perto do fim!

Mas não foi o caso. A encarregada do albergue fora informada de que um menino é que fora raptado em Joinville. O grave erro de informação a fez regressar ao albergue e liberar Maria. A criança, então, foi enviada para uma instituição apropriada.

Ainda vivendo seu pesadelo materno, Melicia começou a se acalmar um pouco, recebendo alta no dia 14, depois de prometer voltar a comer. Em 15 de agosto, chegou à delegacia uma informação de que raptora e raptada foram vistas na fronteira entre o Paraná e São Paulo, mas a informação não procedia.

Câmara de Vereadores e comunidade se engajam no problema

Foi naqueles dias que veio de Canoinhas um homem cujo nome os jornais da época não informaram. Em Joinville, ele propôs ao delegado e a família a criação de um prêmio para quem pudesse dar informações sobre o paradeiro da criança. Parece que a Câmara de Vereadores achou interessante a ideia, já que na Sessão em que o caso do rapto foi comentado, o vereador Eugênio Gilgen apresentou à mesa um projeto que buscava instituir um prêmio de 20 mil cruzeiros a quem pudesse dar informação correta sobre o paradeiro da raptora. O valor seria coberto pelas contas municipais. Jota Gonçalves, elogiando a indicação, sugeriu aumentar a quantia para 30 mil cruzeiros, o que foi aprovado pelos pares.

Seguiu o exemplo da câmara o Sr. Curt Alvino Monich, que enviou de seus fundos pessoais mais 10 mil cruzeiros para a campanha, iniciando uma arrecadação entre particulares, que contou com a participação de muitas pessoas. O valor final recolhido entre os particulares dobrou o valor oferecido inicialmente por Curt. Portanto, o total oferecido era de cinquenta mil cruzeiros, sendo trinta mil do município, dez mil de Curt e dez mil numa soma de várias contribuições.

Fim do pesadelo: A criança é encontrada

No dia 24 de agosto a agonia da família Ganzemüller chegou ao fim, pois a criança foi encontrada em Curitiba. Mas como? Bem, um repórter do "O Estado do Paraná", Bernardo Halfeld, soube que havia uma criança abandonada num albergue da cidade. Avisado por autoridades locais que a menina Marisa tinha uma cicatriz de queimadura no braço esquerdo, Halfeld foi averiguar a criança albergada e ela tinha cicatriz, mas no braço direito. Haveria a informação incorreta de atrapalhar tudo de novo?

Não dessa vez. Bernardo percebeu que não podia desistir de sua investigação só por causa dessa diferença. Decidido a deixar tudo muito claro, o repórter ligou diretamente para a delegacia de Joinville, que afirmou que a queimadura ocorreu no braço direito, e não no esquerdo, como disseram antes a Halfeld. Diante dessa confirmação, Halfeld não tinha mais dúvidas de que estava perante Marisa Ganzemüller.

Figura 2 - Mario segura sua resgatada filha. O Segundo da esquerda para a direita é Bernardo Halfeld, o jornalista que a encontrou.



Fonte: Jornal de Joinville, 27/08/1957

Sem nenhuma demora, no mesmo dia, o aliviado pai foi buscar Marisa na capital paranaense. Ao ser colocada a criança no colo da sofrida mãe, as emoções chegaram ao clímax, com choro intenso misturado às ruidosas manifestações de júbilo. Um desfecho feliz para um evento dramático ocorrido na Joinville de 1957.

Halfeld e seus colegas de profissão que estavam envolvidos na busca por Marisa abriram mão do prêmio oferecido a quem tinha informações sobre ela. Eles ofereceram o pecúlio à pequena criança. Como o total depositado foi de vinte mil cruzeiros em vez de cinquenta, pode-se supor que o valor oferecido pela municipalidade, através da Câmara, precisou permanecer nos cofres públicos. Maria Emilia de Quadros, a raptora, foi depois encontrada e encaminhada à polícia de Joinville.

Referências

DESFECHO feliz do rapto da menina Marisa. Jornal de Joinville, 27 de agosto de 1957.

DETIDA em Curitiba, afinal, a raptora da Menina Marisa. Joinville, Jornal de Joinville, 28 de agosto de 1957.

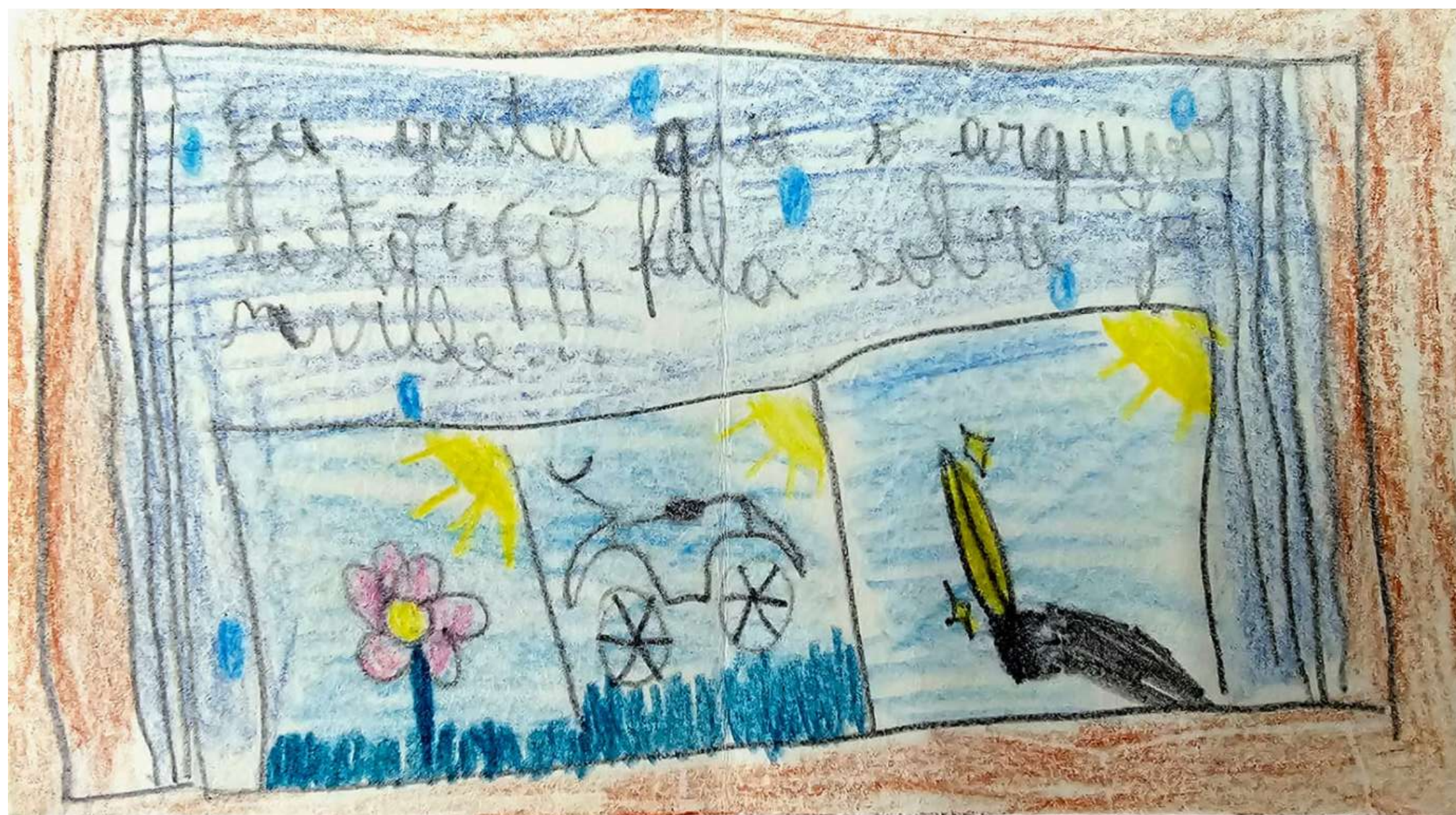
IGNORADO Ainda o destino de Maria Emilia Quadros. Joinville, Jornal de Joinville, 15 de agosto de 1957.

MENINA de 8 meses raptada pela babá. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, edição 19761, 27 de agosto de 1957.

PECÚLIO para a pequena Marisa. Joinville, A Notícia, 17 de setembro de 1957.

PERMANECE o mistério em torno do rapto de Marisa. Joinville, Jornal de Joinville, 13 de agosto de 1957.

ÚLTIMA Hora - Encontrada a menina Marisa. Joinville, Jornal de Joinville, 25 de agosto de 1957.



Educação Patrimonial

Serviços Organizados de Inclusão Social - Sóis

Os usuários do Sóis, acompanhados pelo terapeuta Rogério Aparecido Amâncio visitaram o Arquivo Histórico de Joinville no dia 5 de janeiro de 2025.

Os visitantes foram atendidos pela educadora Giane Maria de Souza, pelo coordenador Dilney Fermino Cunha e pela curadora Mariza Menegaro organizadora e curadora da exposição “Registros de uma poética transgressora” nas dependências do AHJ.

Foi realizada uma roda de conversa com os usuários do Sóis que trouxeram uma flor para visita para depois fazerem uma performance sobre a temática da exposição e inspirando-se na performance de Charles Narloch. Por fim, os usuários desenharam o que mais gostaram na visita, na exposição e no AHJ.



Fonte: Marcus Vinícius Ramos Filho - Arquivo Histórico de Joinville



Instituto Liderança e Liberdade

O Instituto Liderança e Liberdade, coordenado por Jaison Carvalho, visitou o AHJ com 12 integrantes no dia 24 de fevereiro de 2025.

A visita foi mediada pelo coordenador Dilney Fermino Cunha com o objetivo foi conhecer o AHJ e a história da cidade.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

No dia 25 de fevereiro de 2025, 20 alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do SESI visitaram o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), acompanhados pela professora Marluce Ribeiro.

A visita foi mediada pelo coordenador Dilney Cunha. O objetivo foi conhecer o AHJ e pesquisar fontes históricas.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville



Educação Patrimonial

CEJA da Secretaria do Estado da Educação

Seis alunos trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos (CEJA) da Secretaria do Estado da Educação, acompanhados pelo professor Gilmar Kormann visitaram o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), no dia 14 de março de 2024. A visita foi mediada pela assistente cultural Fernanda Pirog Oçoski.

Com o objetivo de conhecer um espaço voltado à história da cidade de Joinville, os alunos também visitaram o acervo permanente do AHJ.

Após a visita do AHJ, os alunos visitaram a Casa da Cultura Fausto Rocha Jr., cuja visita foi mediada pela assistente cultural Soraia da Silva.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Educação Patrimonial

Bonja

Nos dias 18, 19 e 20 de março, 42 alunos do Bonja vieram conhecer o AHJ com o objetivo de pesquisar fontes históricas alusivas ao aniversário da cidade de Joinville.

As visitas foram acompanhadas das professoras Jane Trommstopa, Milena Baggio, Brunna Effeting, Tânia Gajewski, Wanderléia D. Demarchi e Luiza Grilli.

As visitas foram mediadas pela educadora Giane Maria de Souza e os assistentes culturais Gabriel Sicuro e Dauto João da Silveira.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Educação Patrimonial

IELUSC

No dia 18 de março de 2025, 30 acadêmicos do Ielusc, acompanhados pela professora Valdete Daufemback, visitaram o AHJ com o objetivo de pesquisar reportagens jornalísticas sobre enchentes em Joinville.

Os acadêmicos de psicologia foram atendidos pela historiadora Arselle de Andrade da Fontoura.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

20.3 | **19h**
QUINTA-FEIRA | ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Avenida Hermann August Lepper, 650 - Saguão

O Arquivo Histórico de Joinville, em comemoração ao seu aniversário de 53 anos, convida para

Arquivo, Arte e Transgressão

RODA DE CONVERSA

CONVIDADOS


Dilney Cunha
Historiador e coordenador do Arquivo Histórico


Mariza Menegaro
Curadora


Prof. Dra. Nadja Lamas
Professora do curso de Artes Visuais da Univille



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

22.3
SÁBADO

15h

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Avenida Hermann August Lepper, 650 - Saguçu

Em comemoração ao aniversário de 53 anos,
o Arquivo Histórico de Joinville convida para a

RODA DE CONVERSA

Arquivos de mulheres em instituições de memória em Santa Catarina

PARTICIPAÇÃO

Karla Schütz

Doutora e historiadora



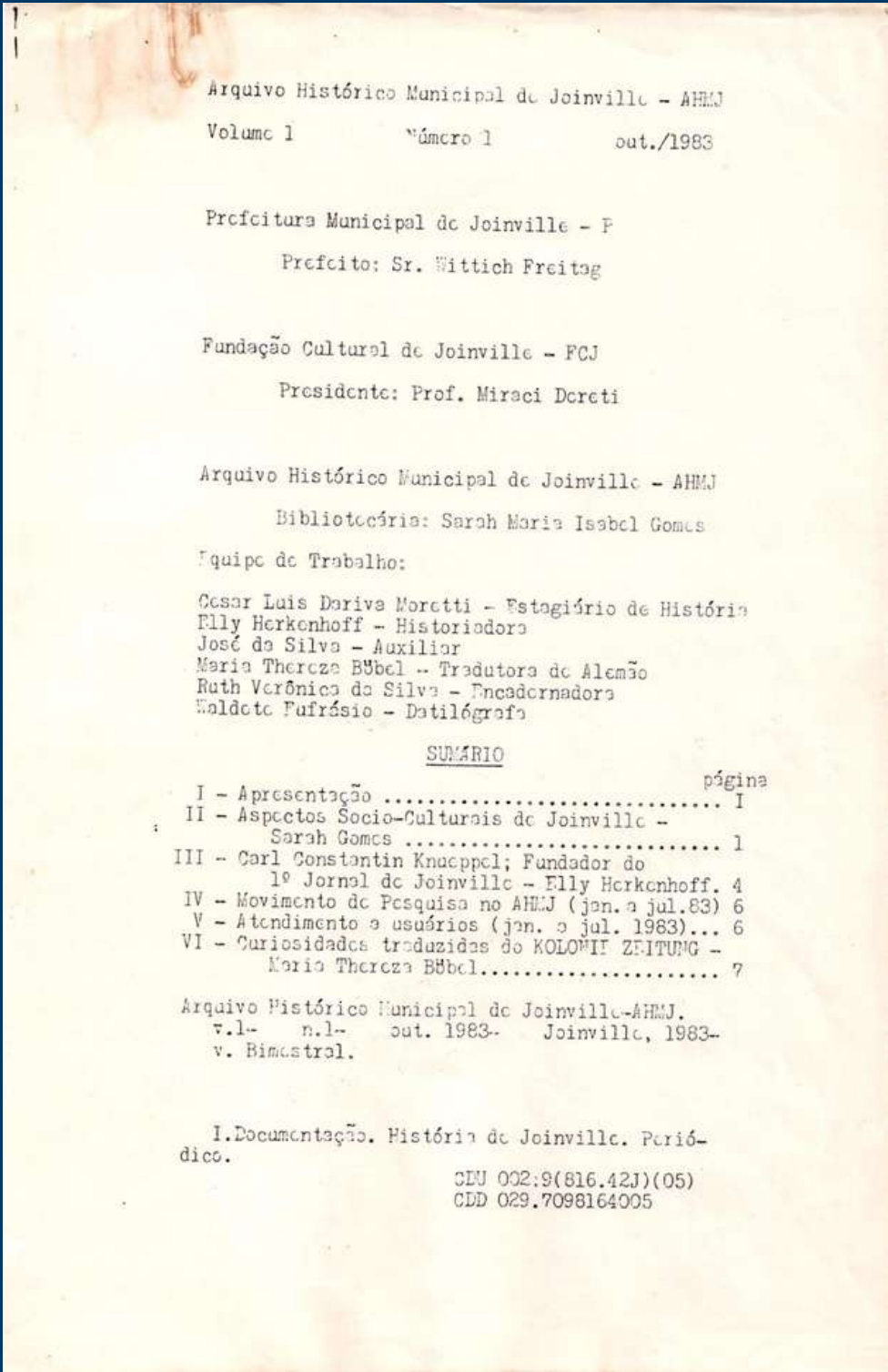
Curiosidades traduzidas do Kolonie Zeitung

Maria Thereza Boebel [1]

KZ 18/06/1864 - Em 1864, a Colonia Dona Francisca, município de São Francisco, fundada em 1851 nas terras do Príncipe de Joinville, por colonos alemães contava com 4.120 habitantes, dos quais 3.374 protestantes e 746 católicos, dentre aqueles 701 naturalizados. Nasceram no ano de 1863, 182 pessoas e morreram 81. Houve 6 casamentos católicos e 34 protestantes. O desenvolvimento da colonia foi bom, apesar da agricultura sofrer prejuízos com a geada de 1862 e as pragas de outubro. A colonia possuia 1 igreja católica, 1 templo protestante, 2 paróquias, 3 escolas públicas, 1 sala de júri e 785 casas, a maioria de madeira, algumas de alvenaria, com 881 construções anexas, além disso, havia 28 engenhos de açúcar, 67 engenhos de farinha, serrarias, charutarias, cervejarias e fábricas de vinagre, olarias impressora, 70 carroças de 4 rodas, e mais de 200 profissionais. Para continuar progredindo, era necessário (urgente mesmo): a abertura do porto de São Francisco e a instalação, lá, de uma alfândega, a conclusão da estrada para Curitiba e a construção de uma estrada para Blumenau.

Fonte: BOEBEL, Maria Theresa. Curiosidades traduzidas do Kolonie Zeitung. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. n. 1,, v.1, p. 7, out.. 1983.

[1] Ex-servidora do AHJ.



RESUMO

Este trabalho apresenta o primeiro estudo arqueológico sobre a escravidão nas fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina), com o intuito de compreender a atuação da mão de obra escrava nesses espaços e a produção cultural presente nesses estabelecimentos. Tais questões foram abordadas com base na análise de três antigas propriedades agrícolas localizadas na parte continental do município (Distrito do Saí) e de uma coleção arqueológica, documentos oficiais, jornais, mapas, fotografias e depoimentos orais. Considerando que havia uma lacuna relacionada aos locais de trabalho, à moradia e aos objetos cotidianos dos escravos da vila, a perspectiva arqueológica tentou ampliar os estudos ao reunir diferentes fontes de análise e elaborar algumas interpretações a respeito dos espaços e vestígios associados à escravidão. Habitações simples e uma cultura material marcada por traços peculiares fizeram parte de São Francisco do Sul, mostrando que a população negra e escrava, ademais de ter acompanhado o processo de ocupação do território, construiu e reelaborou de forma sutil seus elementos culturais naquela localidade. Esta dissertação está vinculada a uma pesquisa interdisciplinar financiada pela Capes e integra o Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural da Univille.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; arqueologia; escravidão; São Francisco do Sul.

Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/2873184/FERNANDA_MARA_BORBA.PDF

Aqueologia da escravidão numa
Vila Litorânea: vestígios negros
em fazendas oitocentistas de
São Francisco do Sul (Santa
Catarina)

Fernanda Mara Borba



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO MENSAL
JANEIRO DE 2025

Atendimento presencial	39
Atendimento por e-mail	41
Atendimento de grupos escolar e universitário	01
Visitantes da exposição	15

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

Fotos	04
Projetos	01 projetos (10 imagens)

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSADOS PRESENCIALMENTE

Jornais (edições)	2122
Livros de Bibliotecas de apoio	09
Clipagens	03
Pastas de Família	01
Periódicos	01
Fundos Públicos (Caixa com Documentos)	12
Fotografias	03
Coleções (Caixas com documentos)	25
Fundos Privados (Caixa com Documentos)	02
Lista de Imigrantes	02
Listas de óbito	01



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO MENSAL
FEVEREIRO DE 2025

Atendimento presencial	41
Atendimento por e-mail	31
Atendimento de grupos escolar e universitário	32

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

Fotos	56
-------	----

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSADOS PRESENCIALMENTE

Jornais (edições)	3.415
Livros de Bibliotecas de apoio	09
Clipagens	291
Pastas de Família	02
Periódicos	11
Fundos Públicos (Caixa com Documentos)	15
Fotografias	07
Coleções (Caixas com documentos)	01
Fundos Privados (Caixa com Documentos)	02
Lista de Imigrantes	60
Títulos de eleitor	06
Leis e Decretos (Coletâneas e Jornal do Município)	02
Mapas	03
Projetos Arquitetônicos	04
Livros do Acervo	06



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO MENSAL
MARÇO DE 2025

Atendimento presencial	44
Atendimento por e-mail	41
Atendimento de grupos escolar e universitário	79

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

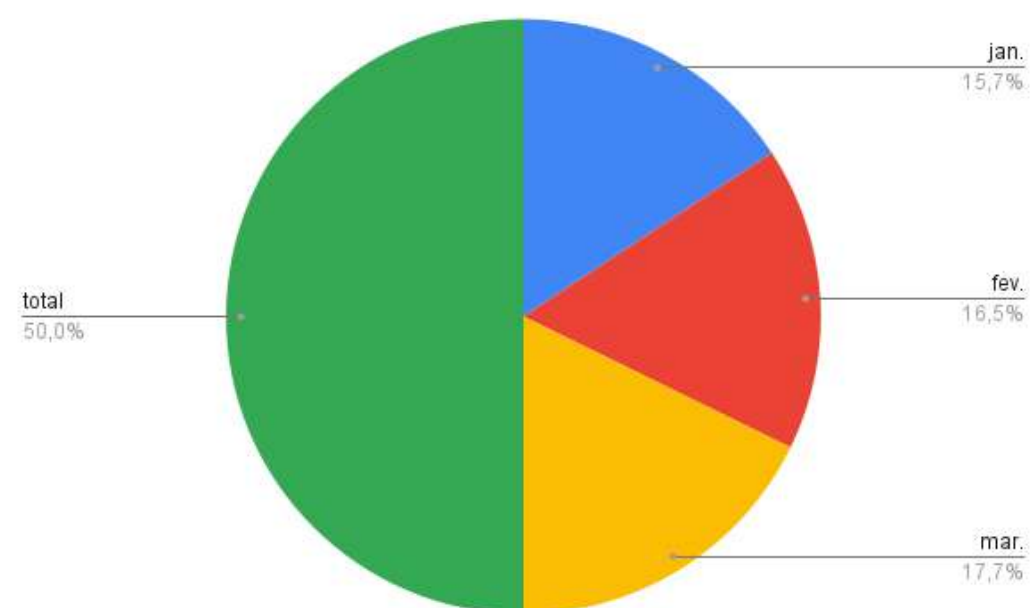
Fotos	67
-------	----

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSADOS PRESENCIALMENTE

Jornais (edições)	1.582
Livros de Bibliotecas de apoio	13
Clipagens	70
Pastas de Família	01
Fundos Públicos (Caixa com Documentos)	07
Coleções (Caixas com documentos)	05
Fundos Privados (Caixa com Documentos)	06
Títulos de eleitor	05
Projetos Arquitetônicos	02
Mapas e Plantas	06
Relatório e Atas do Poder Executivo	01
Desmembramentos	12
Digitais (Documentos)	04

Fonte: Setor de atendimento do AHJ

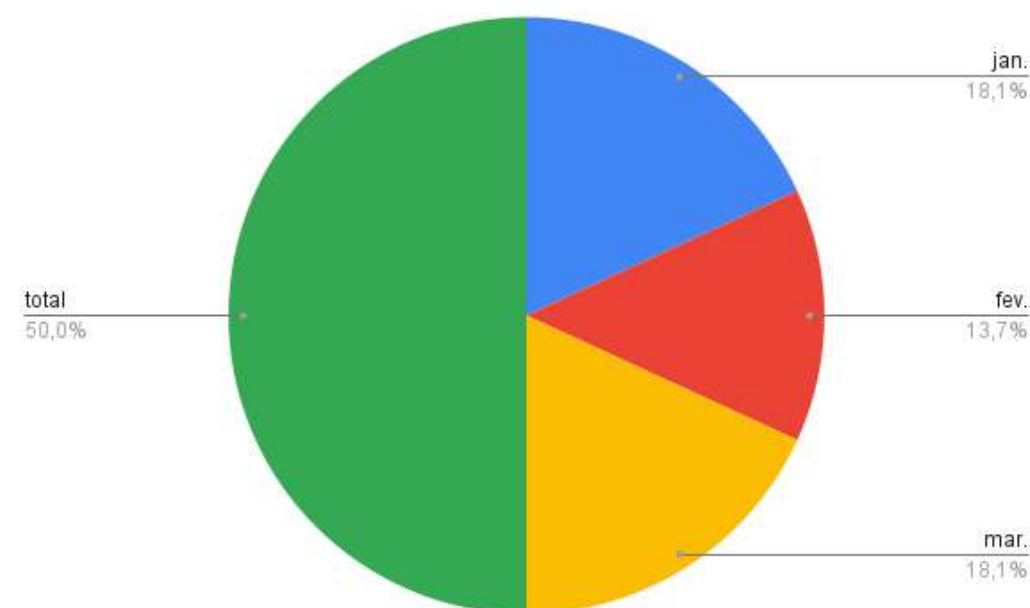
Atendimento presencial



Legenda
Janeiro 51
Fevereiro 52
Março 26
Total 129

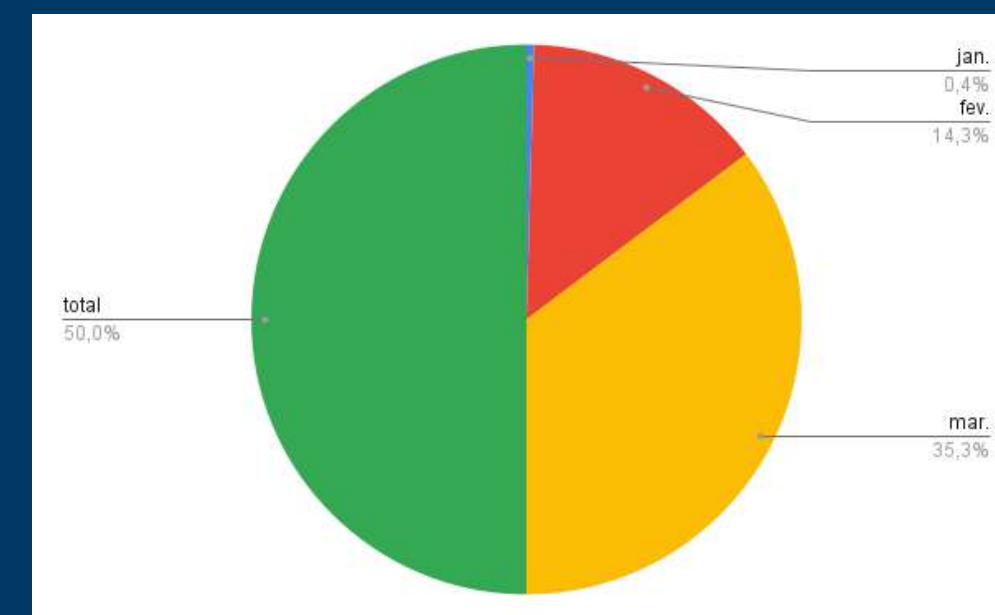
Fonte: Setor de atendimento do AHJ

Atendimento por e-mail



Legenda
Janeiro 64
Fevereiro 42
Março 26
Total 132

Atendimento educativo



Legenda
Janeiro 57
Fevereiro 60
Março 00
Total 117

Descrição arquivística

Palacete Schlemm. [Praça Nereu Ramos, na esquerda está o prédio que abrigou o Correio e Telégrafo, atualmente [2012] abriga o Ipreville, ao fundo o prédio do Palacete Schlemm, atualmente Hotel Príncipe].

Sobre o documento

Número de Inventário: 2482 - Coleção Memória Iconográfica.

FOTO BRASIL. Palacete Schlemm. Joinville (SC). [1939?]. 1: pb.; 8,8 X 13,5 cm. Foto.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Aconteceu em Joinville

Para refletir

Você já ouviu falar dos bondes puxados por animais?

Quais são os meios de transportes existentes na nossa cidade?

O que poderia melhorar a mobilidade urbana?

Você utiliza transporte público?
Explique como ele funciona.



Bonde puxado a burro. "Bonde puxado a burro trafegando na Rua Quinze de Novembro.

[Entre 1911 e 1917].1:pb.;

12X18 cm. Foto.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Expediente

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville
Vol. XVIII, nº 31
janeiro, fevereiro e março de 2025

ISSN 14133434

Prefeitura de Joinville

Adriano Bornschein Silva
Prefeito

Rejane Gambin
Vice-prefeita

Secretaria de Cultura e Turismo

Guilherme Augusto Gassenferth
Secretário de Cultura e Turismo

Adriano Selhorst Barbosa
Diretor-executivo

Margot Moreno Bastian
Gerente de Patrimônio e Museus

Arquivo Histórico de Joinville

Dilney Fermino Cunha
Coordenador

Corpo funcional

Amauri de Oliveira Prado
Ana Rita Uliano da Silva
Arselle de Andrade da Fontoura
Bruna Luiza Nunes
Dauto João da Silveira
Ednilson Nilton Cestrem
Elisangela da Silva
Fernanda Pirog Oçoski
Francisco Severino dos Santos
Gerson Luiz Santana
Gabriel Vinicius Sicuro
Giane Maria de Souza
Janice Garcia
Marcus Vinícius Ramos Filho
Marinês Balin
Manuela Schramm
Nelson Berndt
Nathália Cristina Lehm
Rodrigo Boçoen

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville

Organização, coordenação, editoração e diagramação do boletim

Giane Maria de Souza

Revisão do Boletim

Giane Maria de Souza
Nelson Berndt

Endereço do AHJ

Av. Hermann A. Lepper, 650, Saguapu
CEP: 89221-005

Telefones: (47) 3422-2154 ou (47) 3422-2329
E-mail: arquivohistorico@joinville.sc.gov.br

Aceitamos críticas, sugestões e envio de
propostas, matérias e artigos. Participe!



Prefeitura de
Joinville

CULTURA E
TURISMO